**REQUERIMENTO Nº 6 / 2015**

Senhor Presidente,

A Vereadora signatária deste requer, nos termos do inciso XXIV do art. 40 da Lei Orgânica do Município de Pouso Alegre e do inciso VII do art. 54 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Pouso Alegre, após ouvido o douto Plenário, sejam solicitadas ao Senhor Prefeito Municipal, por meio da Secretaria responsável pela respectiva pasta, as seguintes informações referentes à licitação para a contratação da empresa responsável pelos serviços de Zona Azul no Município de Pouso Alegre:

a) Enviar documentação que comprove a legalização do retorno da Zona Azul;

b) Enviar cópia dos documentos de todo o processo licitatório do Pregão 54/14, que foi realizado no dia 20 de maio de 2014: edital, publicações, relação das empresas que participaram da licitação, contrato e documentos da empresa vencedora.

c) Qual é o valor arrecadado pela Zona Azul até o momento? Como ou em que setores do município este valor está sendo aplicado?

d) Quais os critérios para contratação dos agentes de trânsito e qual o poder de fiscalização que lhes é conferido?

**JUSTIFICATIVA**

Tais informações visam esclarecer a esta Casa de Leis, as empresas e a população em geral sobre tais dúvidas. O vereador tem como dever fiscalizar as ações do Poder Executivo e o requerimento é uma forma documental de informar, com transparência, a população e esta Casa de Leis sobre como estão sendo prestados os serviços de interesse da população em geral. De acordo com a Lei Orgânica do Município de Pouso Alegre, em seu artigo 69, inciso XXVII, é atribuição do Prefeito “prestar à Câmara Municipal informações solicitadas, no prazo de 20 (vinte) dias, contados do recebimento da solicitação”. E ainda “Das responsabilidades do Prefeito” em seu artigo 71, são infrações político-administrativo e sujeitam o Prefeito a julgamento e cassação do mandato pela Câmara, além de outras previstas nesta lei: IV – desatender, sem motivo justo, às convocações ou aos pedidos de informações da Câmara, quando feitos a tempo e em forma regular. Também vale ressaltar a Lei Federal N° 12.527/2011 que regula o acesso a informações públicas.

Sala das Sessões, 19 de Fevereiro de 2015.

|  |
| --- |
| Lilian Siqueira |
| VEREADORA |